

ANÁLISE DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO DE PSICOLOGIA: HISTÓRIA E CURRÍCULO

Marianne Oliveira Gonçalves¹

Renata Meira Vêras¹

RESUMO

O objetivo deste estudo é analisar a matriz curricular da graduação em Psicologia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, um documento considerado como fundamental para entender a concepção formativa do curso. Como método, foi utilizada a análise documental pautada nos estudos de Cellard. De modo geral, a matriz curricular mostrou-se congruente com as mudanças institucionais e políticas da Universidade, direcionando a formação para um viés mais humanístico e social, o que mostra uma concepção curricular implicada com a realidade social na qual está inserida.

Palavras-chave: Ensino superior. Psicologia. Organização curricular.

Recebido em: 12/12/2017
Aprovado em: 03/04/2018

¹ Instituto de Humanidades, Artes e Ciências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil.

PSYCHOLOGY COURSE'S CURRICULAR ORGANIZATION ANALYSIS: HISTORY AND CURRICULUM

Marianne Oliveira Gonçalves

Renata Meira Vêras

ABSTRACT

The purpose of this study is to analyze the curriculum of the Psychology course of the Federal University of the Recôncavo da Bahia, considered as an important document to understand the formative conception of the Psychology course. The methodology used was the documentary analysis based on Cellard's studies. In general, the course curriculum was congruent with the University institutional and political changes, directing the formation towards a more humanistic and social way, which shows a course curriculum committed with the social reality of which it participates.

Keywords: Higher education. Psychology. Curricular organization.

Received on: 12/12/2017
Approved on: 03/04/2018

INTRODUÇÃO

O número de cursos de Psicologia ofertados em instituições de ensino superior (IES) no Brasil vem crescendo nas mais variadas regiões do país, especialmente em áreas consideradas potenciais polos de desenvolvimento regional. Essa expansão deve-se, principalmente, à criação de programas voltados para a educação superior, como o Programa de Expansão da Educação Superior Pública (Expandir), entre 2003 e 2006, e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), em 2007, que tiveram como objetivo expandir e interiorizar a educação superior em regiões geograficamente distantes das capitais.

Nesse contexto, a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) foi criada em 2005 e ampliada posteriormente no âmbito desses dois programas, tendo como característica a oferta dos Bacharelados Interdisciplinares (BI) no primeiro ciclo, condição necessária para ingresso nos cursos de saúde do segundo ciclo, sendo eles: Medicina, Nutrição, Enfermagem e Psicologia.

Frente a esse cenário, este artigo objetiva discutir a matriz curricular do curso de Psicologia na UFRB, apresentando um resgate histórico do desenvolvimento do ensino superior no estado, problematizando a importância de currículos mais integrados com a realidade social e a diversidade coexistente no espaço acadêmico. No caso da UFRB, o processo de expansão deu-se num molde *multicampi*, abrangendo todo o Recôncavo Baiano, processo esse considerado particular quando comparado a outros estados do país, requerendo, portanto, um olhar problematizador e crítico sobre a formação nesse território.

EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

A expansão universitária no Brasil pode ser definida a partir de duas fases que são representadas, *a priori*, pelo Programa Expandir, o qual teve como propósito criar novas universidades em regiões de difícil acesso no Brasil, e, *a posteriori*, mediante o REUNI, com a finalidade de ampliação do acesso, da permanência e do aproveitamento dos cursos de graduação (BRASIL, 2007).

Inicialmente, foi criado o Programa Expandir, com vigência entre 2003 a 2006, que se configurou como um conjunto de ações que buscavam incentivar a educação superior pública por meio

da criação de universidades e construção de *campi* nas regiões interioranas (FERREIRA DA SILVA, 2014). As metas do programa englobavam a criação de novas instituições federais de ensino superior (IFES), transformação de faculdades federais em universidades e construção de novos *campi* no interior. Ao final do programa, foram criadas quatro IFES, seis faculdades federais foram transformadas em universidades e 36 *campi* foram consolidados em dezenove diferentes estados do Brasil (NASCIMENTO, 2013). Até aquele momento, as IFES encontravam-se, prioritariamente, localizadas nos eixos urbanos. Assim, esse movimento de expansão da educação tornou-se, também, uma estratégia combativa das desigualdades regionais, espaciais e históricas.

Já em 2007, surge o REUNI, instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, tendo como objetivo a criação de condições para a ampliação do acesso e da permanência do estudante na educação superior, mediante o aproveitamento da estrutura física e dos recursos humanos existentes nas universidades federais (BRASIL, 2007). De acordo com as diretrizes gerais do REUNI, seis dimensões deveriam ser contempladas, a saber: (1) a ampliação da oferta de vagas na educação superior pública; (2) a reestruturação acadêmica e curricular; (3) a renovação pedagógica; (4) a mobilidade intra e interinstitucional; (5) o compromisso social; e, por fim, (6) o suporte da pós-graduação ao desenvolvimento dos cursos de graduação (BRASIL, 2007).

Em dados quantitativos, conforme informações do documento *Análise sobre a Expansão das Universidades Federais do Ministério da Educação (MEC)*, durante os anos de 2003 a 2012, houve um crescimento expressivo do número de universidades federais e *campi* no interior do Brasil, alcançando o total de 14 novas IFES e 274 novos *campi* em 230 municípios brasileiros. Os números ainda mostram um crescimento de aproximadamente 111% das vagas de graduação até 2011, sendo que, no período vigente do Expandir, esse crescimento chegou a 30 mil vagas entre 2003 e 2007, tendo triplicado no período de implementação do REUNI (cerca de 92 mil novas vagas). Tais informações também mostram crescimento no número de docentes, com criação de 21.786 novos códigos de vagas, o que representou um aumento quantitativo de 44% entre os anos de 2003 e 2011 (BRASIL, 2012).

O ENSINO SUPERIOR NA BAHIA

Especificamente no contexto da Bahia, podemos considerar a interiorização do ensino um processo tardio, quando comparado aos estados do Sul e do Sudeste do Brasil. Historicamente falando, a concentração das IES na Bahia permaneceu até meados da década de 1980,

prioritariamente, na cidade de Salvador – exceto a Escola de Agronomia, que, por justificativas regionais, foi construída em Cruz das Almas, havendo o primeiro sinal de interiorização a partir da criação da Universidade do Estado da Bahia (BOAVENTURA, 2009).

Segundo Boaventura *et al.* (2015), a interiorização da educação superior na Bahia teve início a partir das universidades estaduais. Na década de 1970, o governador Luís Viana Filho construiu a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), atendendo aos anseios políticos municipais da região. Posteriormente, foram implantadas a Universidade Estadual do Sudoeste Baiano (UESB), no ano de 1980 (BOAVENTURA, 2009), a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), em 1983, e a Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), em 1991 (BOAVENTURA *et al.*, 2015).

No caso da Bahia, como exemplifica Boaventura *et al.* (2015), a UEFS foi criada pelo governo estadual como primeira universidade devido às características da região a que pertence: Feira de Santana, até os dias atuais, encontra-se como segundo polo de desenvolvimento do estado, é um dos grandes centros rodoviários da região Nordeste, localiza-se entre rios de grande porte, tendo área de influência entre diversos municípios.

Na região Sudoeste da Bahia, diferentemente das regiões mais próximas da capital, a UESB foi construída uma década depois da primeira universidade estadual, a partir de significativos movimentos de reivindicação pela educação superior no interior do estado, tendo três *campi*, distribuídos entre Vitória da Conquista, Itapetinga e Jequié. Em seguida, no ano de 1983, criou-se a UNEB, baseada em um sistema *multicampi*, fazendo com que o ensino superior estadual se “espalhasse” por toda a Bahia. Já em 1991, surge a UESC, originada a partir da junção de unidades acadêmicas distintas que, devido à crise econômica do cacau, tiveram como solução a estadualização do ensino (BOAVENTURA *et al.*, 2015).

Almeida Filho (2008), ao analisar a coletânea *Educação Superior Brasileira 1991-2004* (INEP, 2006), constatou importantes fatos sobre o cenário histórico do ensino superior na Bahia, os quais envolvem (i) a estagnação da expansão do ensino superior no estado na década de 1960, fenômeno suplantado apenas após a implantação do Sistema Estadual de Ensino Superior; (ii) a expansão do setor privado via Lei de Diretrizes e Bases (LDB), em 1996, mais acentuada na Bahia que em outros estados do Nordeste; (iii) a ausência de crescimento do número de IES públicas na Bahia e paralelo decréscimo da participação do setor público, entre os anos de 1996 a 2004; e, por fim, (iv) a grande concentração das IES na capital e na região litorânea, o que contribuiu para o desenvolvimento mais lento da região central e interiorana.

Somente em 2006, podem ser notados investimentos expressivos da esfera federal na educação superior baiana. Primeiramente, a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) é implantada a partir do Programa de Expansão, num molde *multicampi*, o que possibilitou que várias cidades da região do Recôncavo Baiano possuíssem *campi*. A sede da UFRB foi localizada na cidade de Cruz das Almas, e as demais unidades de ensino foram implantadas nas cidades de Amargosa, Cachoeira e Santo Antônio de Jesus (SANTANA; ALMEIDA, 2011). A escolha do Recôncavo como sede da UFRB considerou características regionais, urbanas e sociais, bem como os interesses políticos voltados para o desenvolvimento dessa região (SANTANA; ALMEIDA, 2011).

No mesmo ano de 2006, o Instituto Multidisciplinar em Saúde (IMS) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) foi implantado em Vitória da Conquista, fazendo parte, também, do projeto de interiorização das IES. A construção do IMS justificou-se por ser pautada na necessidade de um polo de formação para profissionais que futuramente atuariam no Sistema Único de Saúde (SUS), respondendo, também, a uma grande demanda local e regional, uma vez que Vitória da Conquista é considerada o maior polo de saúde e educação da região Sudoeste.

Mais recentemente, no ano de 2013, foi sancionada a lei que tece sobre a criação da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB) e da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), ambas por desmembramento da Universidade Federal da Bahia.

Pode-se perceber, portanto, que a expansão da educação superior na Bahia, inicialmente, deuse por meio da iniciativa do governo estadual, impulsionada por processos de reivindicação e reconhecimento político acerca da necessidade de formação de mão de obra qualificada para o desenvolvimento regional, sendo notória a participação tímida do âmbito federativo até meados de 2003. Nesse contexto, os programas de incentivo à educação superior tiveram um papel importante na história da educação baiana, contribuindo para a existência de *campi* de universidades federais em dezoito municípios baianos, o que corresponde hoje a 5,6% dos números totais de *campi* no país (MIRANDA, 2013).

METODOLOGIA

Na busca por uma compreensão mais aprofundada sobre a construção do curso de Psicologia da UFRB, foi utilizada a análise documental, método analítico que objetiva mapear informações e organizar acontecimentos por meio da análise de documentos preexistentes (CELLARD, 2008).

Foram acompanhadas as seguintes etapas metodológicas: o exame do contexto, que servirá para situar as condições históricas e sociais em que o documento foi produzido; a identificação dos autores, tendo como objetivo conhecer a identidade do autor do documento; a avaliação da confiabilidade e da autenticidade do texto; e a identificação dos conceitos-chave.

Para tanto, foi selecionada a matriz curricular do curso de Psicologia da UFRB, vigente desde o ano de 2016. O currículo é um dos elementos que compõem o Projeto Pedagógico dos Cursos (PPC) no Brasil e possui como objetivo estruturar a oferta e a integração das disciplinas durante o percurso formativo, englobando elementos como ementa, orientações pedagógicas e conteúdos ministrados. Tal documento oferece um importante subsídio na compreensão da realidade local e suas demandas formativas, possibilitando o aprofundamento sobre os determinantes contextuais e sociais envolvidos na formação superior do Recôncavo Baiano.

CONTEXTO

Nas cidades baianas de menor porte, a educação superior desenvolveu-se a passos lentos, sendo grande parte desse caminho marcado por movimentos de luta e pressão da sociedade civil na busca por uma educação superior pública democrática (MENDES; CASIMIRO, 2016). No caso do Recôncavo Baiano, a implantação do sistema *multicampi* materializou-se por meio da criação da UFRB, abrangendo a totalidade de seis municípios. As justificativas para a escolha da região do Recôncavo são diversas, envolvendo questões ligadas às necessidades sociais e regionais de formação, à localização geográfica, ao nível de desenvolvimento econômico e ao atendimento aos interesses políticos da época.

Inicialmente, a UFRB passou pela tutoria da UFBA, em 2005, adotando currículos semelhantes aos já existentes na universidade tutora. No modelo organizacional da primeira, cada *campus* possuiria uma especialização, tornando “cada cidade um centro de especialidades de acordo com as características culturais, ambientais e sociais de sua localidade” (SANTANA; ALMEIDA, 2011, p. 22).

Em 2007, quase dois anos após ter sido desmembrada, a UFRB elaborou proposta de adesão ao REUNI, prevendo inovações curriculares baseadas nos Bacharelados Interdisciplinares (BI) (UFRB, 2014). Segundo Almeida Filho (2008), trata-se de uma modalidade de formação por ciclos baseada na interdisciplinaridade, no desenvolvimento de novas estratégias pedagógicas e no rompimento da tradição disciplinar. Na UFRB, o regime de ciclos foi dividido em três

momentos, iniciando pela formação nos BI, seguindo para o ciclo de formação profissional e posteriormente para a pós-graduação.

Nesse cenário, o Centro de Ciências da Saúde (CCS) da UFRB aderiu à formação por ciclos no ano de 2012, exigindo o grau de Bacharel Interdisciplinar em Saúde como requisito para a entrada nas graduações de Enfermagem, Medicina, Nutrição e Psicologia (UFRB, 2014). Segundo o projeto pedagógico do Bacharelado Interdisciplinar em Saúde (BIS):

O novo PPC do BIS conforma uma matriz teórica, uma arquitetura curricular e um referencial metodológico que se articulam num modelo de formação universitária integrado, interdisciplinar, modular e flexível. Constitui-se como uma proposta inovadora, planejada, especialmente, para superar os principais desafios da formação de pessoal de nível superior [...] (UFRB, 2014, p. 4).

Assim, além de propor um novo modelo curricular mais integrado e acessível, o BI problematizou a importação de matrizes curriculares por meio das tutorias, despertando o debate sobre a necessidade de criação de currículos coerentes com a realidade social da comunidade acadêmica. Frente a isso, em 2016, a matriz curricular do curso de Psicologia foi reformulada, inserindo disciplinas mais flexíveis e integradas ao BIS. Na proposta atual, a nova matriz curricular de Psicologia tem buscado formar profissionais integrados com os desafios da saúde e da interdisciplinaridade, ampliando o diálogo entre as áreas de conhecimento, na medida em que permite que os alunos tracem percursos curriculares diversos. Segundo Oliveira *et al.* (2014), esse foi o primeiro curso de Psicologia do Brasil a seguir o regime por ciclos, tornando esta uma experiência pioneira no campo de formação do psicólogo.

AUTORES

De acordo com a Resolução nº 01/2010 da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) e a Portaria nº 623/2012 da UFRB, o Núcleo Docente Estruturante (NDE), corpo acadêmico responsável pela construção do currículo do curso de Psicologia do CCS, foi composto por seis docentes permanentes, com mais de cinco anos de vínculo institucional com a UFRB (BRASIL, 2010; UFRB, 2012).

Todos os membros possuem graduação em Psicologia, mestrado e/ou doutorado em áreas correlacionadas a saúde, filosofia, educação e processos organizacionais, assim como

histórico de participação em comissões, conselhos de avaliação, representação de colegiado, coordenação de setor e gestão. As linhas de pesquisa desses docentes, nos últimos anos, têm apresentado interseções entre a psicologia e as áreas de saúde e educação, com destaque para pesquisas sobre formação.

Nesse sentido, estudos que abordem metodologias ativas de ensino e aprendizagem, flexibilização curricular e formação do psicólogo indicam que esses conhecimentos são problematizados e reconstruídos continuamente na prática profissional desses professores, contribuindo para uma matriz curricular integrada com os ciclos de formação e com a realidade social da região. Esse ponto pode ser visto a partir da grande oferta de disciplinas optativas, 59 no total, possibilitando que a interdisciplinaridade e a heterogeneidade disciplinar se concretizem, na medida em que o aluno possa traçar o próprio desenho curricular.

AUTENTICIDADE

O currículo de graduação é um documento público que tem por finalidade apresentar as disciplinas ofertadas e a organização curricular dos cursos de ensino superior. A matriz curricular do curso de Psicologia da UFRB apresenta consistência interna e atendimento aos requisitos para reformulação curricular do REUNI – Decreto nº 6.096/2007 –, podendo ser constatado, por meio da inovação das disciplinas ofertadas e das citações de estudiosos sobre o tema (ALMEIDA FILHO, 2008; MACEDO, 2012; MENDES; CASIMIRO, 2016). O quadro de disciplinas está em vigor desde 2016 e é encontrado no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), onde são disponibilizadas disciplinas optativas, obrigatórias e estágios curriculares oferecidos.

CONCEITOS-CHAVE E NATUREZA DO TEXTO

Na análise dos componentes curriculares do curso de Psicologia, é possível identificar a repetição de conceitos como: realidade, saúde, diversidade, universidade e sociedade. Esses conceitos evidenciam, *a priori*, a presença de componentes curriculares amplos, ligados à compreensão dos fenômenos sociais para além da formação técnica, ou seja, disciplinas que possibilitam a comunicação entre grandes áreas do saber (Processos de apropriação da realidade, cód: GCCS650; Conhecimento, ciência e realidade, cód: GUFBR002; Universidade, sociedade e ambiente, cód: GUFBR003; etc.). Essa escolha curricular rompe a lógica linear das

disciplinas tecnicistas, abrindo brechas para a multi e a interdisciplinaridade na graduação. Logo, esses conceitos nos permitem inferir que, se até então a ordem de disciplinas seguia a formação específica, estruturando-se a partir de conhecimentos necessários para o fazer técnico, agora vê-se a presença de componentes humanísticos e sociais durante o percurso formativo.

ANÁLISE DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO DE PSICOLOGIA

Nos últimos anos, a implementação de novos currículos de graduação no Brasil tem se mostrado como grande desafio para o ensino superior, considerando que a lógica disciplinar fragmentada dos currículos mínimos ainda permanece na cultura acadêmica. Embora a LDB de 1996 preveja maior autonomia das universidades para fixar os currículos dos seus cursos e programas (BRASIL, 1996) e as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) tenham auxiliado na composição de novas organizações curriculares, é consensual a necessidade de mais avanços (ALMEIDA FILHO, 2016; MACEDO, 2007).

Hoje, os estudos sobre formação no ensino superior voltam-se para o desenvolvimento de currículos cada vez mais abertos, flexíveis e integrados, baseados numa concepção de ensino e aprendizagem ampla, na qual o aluno é o sujeito dotado de autonomia para construir o próprio percurso formativo (MACEDO, 2012). Nessa perspectiva, o BIS surge como caminho alternativo para que as mudanças curriculares se materializem, ao possibilitar maior maturidade na escolha profissional, modularidade na estrutura curricular, interdisciplinaridade e integração entre os níveis de ensino (UFRB, 2014).

Assim, a exigência de titulação do BIS para ingresso na graduação em Psicologia da UFRB configurou-se como mobilizador para a reforma curricular do curso, uma vez que o novo currículo foi pensado de forma integrada ao primeiro ciclo de formação (UFRB, 2014). Segundo Oliveira *et al.* (2014), essa nova matriz visa formar psicólogos alinhados com a realidade social brasileira, contribuindo de forma ética, responsável e crítica frente às mais variadas demandas desse campo de conhecimento. Especialmente na psicologia, a formação generalista ainda se encontra distante das necessidades emergentes da atuação, fazendo com que haja uma incongruência entre o processo formativo e os desafios da profissionalidade do psicólogo brasileiro (MACEDO; DIMENSTEIN, 2009).

Na matriz curricular integrada, o primeiro ciclo (BIS) propõe disciplinas de formação geral, com caráter interdisciplinar e integrativo (OLIVEIRA *et al.*, 2014), a exemplo dos componentes Diversidade, cultura e relações étnico-raciais (cód: GUFRB001) e Cultura e sociedade (cód: GCCS652). O conjunto dessas disciplinas mostra uma articulação de temas e conteúdos transversais, que não fazem parte da formação técnica, mas auxiliam no desenvolvimento de uma visão aprofundada e crítica sobre os fenômenos sociais. Macedo (2007) afirma que as competências transversais são importantes não apenas por serem de interesse geral, mas porque, a partir delas, novas práticas pedagógicas são criadas, caminhando em direção à emancipação e à transformação crítica.

De acordo com Oliveira *et al.* (2014), o objetivo do primeiro ciclo na formação superior é:

[...] apresentar conhecimentos do campo da saúde, permitindo ao bacharel escolhas profissionais maduras, conscientes e sensíveis à realidade social; diversificar e racionalizar modelos de formação acadêmica, que permitam ao bacharel lidar com os desafios da realidade política, econômica e social; possibilitar aos egressos o acesso a uma das opções de formação profissionalizante na área da saúde, ofertadas pelo CCS/UFRB (OLIVEIRA *et al.*, 2014, p. 104).

Assim, não apenas os componentes voltados para a formação do bacharel em saúde são abordados, mas também temas que atravessam o cotidiano dos estudantes e que, uma vez ressignificados em sala de aula, podem promover a emancipação acadêmica, política e social do aluno. Esses momentos do primeiro ciclo são denominados Unidades de Produção Pedagógica (UPP) e visam descaracterizar a ordenação linear por semestre, tornando o percurso formativo uma totalidade integrada (OLIVEIRA *et al.*, 2014).

Na matriz curricular, é possível também notar a presença de uma disciplina integradora, nomeada Processo de apropriação da realidade (cód: GCCS650), de natureza obrigatória e prolongada, acompanhando o aluno até a 5ª UPP. Essa disciplina teria o papel de integrar os conteúdos disciplinares com a pesquisa e a extensão, utilizando os Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) como meios para desenvolver a autonomia dos estudantes em um espaço mediado por eles (OLIVEIRA *et al.*, 2014). Isso nos apresenta uma tentativa de projeto integrador de currículo, na medida em que há esforços para o desenvolvimento de conexões entre disciplinas e cursos, o que fortalece a formação sólida e expõe uma concepção curricular menos fragmentada. Nesse ponto, é importante frisar que as práticas pedagógicas desenvolvidas nesse componente deverão ser organizadas junto aos professores do semestre,

assegurando a abrangência da totalidade dos conteúdos e combatendo a tradicional descontinuidade disciplinar dos currículos.

Já no segundo ciclo, o graduando de Psicologia deve cursar “os componentes curriculares de formação específica em Psicologia, que incluem módulos obrigatórios, optativos e atividades profissionalizantes” (OLIVEIRA *et al.*, 2014, p. 105). Portanto, nesse momento, os alunos cursarão as disciplinas previstas no núcleo comum, que, segundo Yamamoto (2000), tem o objetivo direcionar a formação básica profissionalizante do psicólogo, em conjunto com as habilidades, competências e conhecimentos homogêneos da formação, organizando-se em torno de eixos estruturantes constituídos por práticas integrativas, atividades complementares e estágios acadêmicos supervisionados.

Desse modo, o estudante cursará um menor número de disciplinas obrigatórias, mesclando-as com componentes optativos, o que o possibilitará traçar o próprio caminho curricular. Para Macedo (2007), a ênfase na interdisciplinaridade é uma necessidade contemporânea de organização de saberes, no entanto, ela não precisa necessariamente da diluição disciplinar para se materializar nos currículos educacionais. A necessidade é de que se reconheça a interdependência entre os conhecimentos produzidos dentro e fora da universidade, possibilitando que um campo específico de saber dialogue com os saberes múltiplos que atravessam a nossa existência e, especialmente, reverberam na nossa vida em sociedade.

Embora não se possa observar a presença de componentes gerais nos últimos semestres, a diversidade contida nas 59 optativas parecem ser estratégias de condução do aluno a um desenho curricular um pouco mais autônomo, possibilitando diálogos no interior das disciplinas (Literatura, sensibilidade e psicologia, cód: GCCS780) ou acesso a conhecimentos alternativos (Técnicas de meditação e relaxamento, cód: GCCS791).

Outro grande papel que parece ser assumido pelas optativas é o de ampliar o leque de contato dos alunos com as teorias psicológicas e modos de atuações menos tradicionais, pois, embora as ênfases do curso de Psicologia (1- Psicologia e processos clínicos/ 2- Psicologia e instituições de saúde) e a proposta do BIS apontem para um eixo formativo mais integrado com as demandas do SUS, o aluno poderá experimentar outras fontes de conhecimento. Ainda assim, deve-se destacar que, por si só, as optativas não se configuram como elementos flexíveis e dinamizadores da formação do psicólogo no segundo ciclo, necessitando de ambientes e estratégias didáticas coerentes com o desenvolvimento global do aluno.

De modo geral, a nova matriz curricular mostrou-se mais diversa e atenta à necessidade de flexibilização curricular, à interdisciplinaridade e à reorientação das concepções da formação superior. Embora as inovações curriculares tenham sido percebidas de forma mais acentuada no primeiro ciclo, não podemos negar a importância de se propor uma nova trajetória formativa, na qual o desenvolvimento humano precede o desenvolvimento profissional. Nos currículos tradicionais de Psicologia, a integração de saberes e a interdisciplinaridade são atribuídas a algumas disciplinas dispersas na matriz, reproduzindo a lógica compartimentalizada. A matriz curricular da UFRB possibilita maior aprofundamento sobre a necessidade de uma formação crítica anterior à graduação, preparando o aluno não apenas para os desafios da profissionalidade, mas também para subverter a lógica instituída de que os conhecimentos científicos aplicados darão conta dos paradigmas da realidade concreta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na UFRB, a expansão do ensino superior contribuiu para algumas importantes modificações, dentre elas, a criação de novos *campi*, a interiorização das universidades em diversas regiões do Recôncavo e a ampliação do acesso, permitindo que mais pessoas tivessem oportunidade de ingressar no ensino superior.

No entanto, um dos fatores de permanência nas universidades públicas do país ainda pouco discutido é a existência de matrizes curriculares mais adaptadas à realidade social da comunidade acadêmica. Em grande parte dos casos, percebe-se que, embora os currículos passem por avaliações periódicas do MEC, a concepção científica dominante e disciplinar que supervaloriza o conhecimento cumulativo permanece.

A criação da matriz curricular do curso de Psicologia partiu da necessidade de adequação às novas formas de ingresso via BI, o que possibilitou a introdução de disciplinas humanísticas, sociais, integrativas e interdisciplinares. Embora o segundo ciclo ainda se depare com as mesmas barreiras epistemológicas presentes na maioria dos currículos de graduação em Psicologia, pode-se inferir que, a partir do primeiro ciclo, os alunos estarão mais preparados para a inserção na formação profissionalizante.

Trata-se de um currículo que tem buscado integrar-se com as mais variadas dimensões sociais (relação do homem com o meio ambiente; relações étnico-raciais presentes no Recôncavo Baiano; questões contemporâneas da Psicologia, dentre outras), não reduzindo a produção

de saberes à noção de ciência absoluta. Certamente, essas mudanças curriculares colaborarão na construção de currículos fundamentados na formação social e humana e na integração de conhecimentos para a resolução de problemas da vida cotidiana.

Até o momento desta pesquisa, as práticas pedagógicas e os ementários não haviam sido incluídos no currículo, carecendo de uma análise também sobre esses fatores para a efetivação de um currículo integrador.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA FILHO, Naomar. Universidade nova no Brasil. In: SANTOS, Boaventura Sousa; ALMEIDA FILHO, Naomar (Org.). *A Universidade no sec. XXI: por uma universidade nova*. Coimbra: Almedina, 2008. p. 79-184.

ALMEIDA FILHO, Naomar. A universidade brasileira num contexto globalizado de mercantilização do ensino superior: colleges vs. Vikings. *Revista Lusófona de Educação*, v. 32, p. 11-30, 2016.

BOAVENTURA, Edvaldo. *A construção da universidade baiana*. Salvador: EDUFBA, 2009.

BOAVENTURA, Edvaldo; PIMENTA, Lídia Boaventura; SANTOS, Luiz Alberto Carlos; SCHINDLER JUNIOR, Adelmo; SANTOS, Bruno Oliveira O. Interiorização da educação superior no estado da Bahia. *RDE – Revista de Desenvolvimento Econômico*, v. 6, ano XVII, p. 653-670, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>. Acesso em: 15 maio 2018.

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. *Institui o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI*, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES). Resolução nº 01, de 17 de junho de 2010. Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências. Brasília, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6885-resolucao1-2010-conae&category_slug=outubro-2010-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 15 maio 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. *Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012*. Relatório da Comissão Constituída pela Portaria nº 126/2012. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.andifes.org.br/relatorio-da-comissao-constituída-pela-portaria-no-1262012-sobre-a-analise-sobre-a-expansao-das-universidades-federais-2003-a-2012/>>. Acesso em: 15 maio 2018.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean *et al.* *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008.

FERREIRA DA SILVA, Aurélio. *O Reuni entre a expansão e a reestruturação: uma abordagem da dimensão acadêmico-curricular*. 2014. 183 f. (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). *Educação Superior Brasileira 1991-2004 / Bahia*. Brasília: Inep/MEC, 2006. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/491411>. Acesso em: 15 maio 2018.

MACEDO, Elizabeth. Currículo e conhecimento: aproximações entre educação e ensino. *Cad. Pesqui.*, v. 42, n. 147, p. 716-737, 2012.

MACEDO, João Paulo; DIMENSTEIN, Magda. Psicologia e a produção do cuidado no campo do bem-estar social. *Psicologia e Sociedade*, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 293-300, 2009.

MACEDO, Roberto Sidnei. *Currículo, campo, conceito e pesquisa*. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2007.

MENDES, Luciana Canária; CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt. O processo de interiorização da educação superior em Vitória da Conquista/Bahia: a FFPVC. *Revista HISTEDBR On-line*, v. 69, p. 205-221, 2016.

MIRANDA, Marta Rosa Farias de Almeida. *Investimentos públicos diretos em educação superior na Bahia: um estudo de caso sobre o sistema estadual de educação superior da Bahia*. 2013. 229 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2013.

NASCIMENTO, Francivaldo Santos. *Expansão e Interiorização das Universidades Federais: uma análise do processo de implementação do campus do Litoral Norte da Universidade Federal da Paraíba*. 2013. 147 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Organizacional) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

OLIVEIRA, Roberval Passos; ALVES, Josineide Vieira; COSTA, Fabíola Marinho; LEITE, Rita de Cassia Nascimento; PONTES, Suely Aires. Proposta curricular de formação em dois ciclos do curso de Psicologia da UFRB (Brasil). In: GUZMÁN, Mario Orozco; VALLEJO, Karla Ileana Caballero (Org.). *Psicología Latinoamericana: experiencias, desafíos y compromisos sociales*. Cidade do México: Asociación Mexicana de Alternativas en Psicología, A.C., 2014, v. 1, p. 99-112.

SANTANA, Elissandro; ALMEIDA, Ramon. A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e a valorização do espaço urbano em Santo Antônio de Jesus. In: II SIMPÓSIO CIDADES MÉDIAS E PEQUENAS DA BAHIA, 2011. Anais... Vitória da Conquista: UESB, 2011.

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Portaria nº 623, de 31 de outubro de 2012. Constitui o Núcleo Docente Estruturante do curso de graduação em Psicologia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Cruz das Almas, 2012. Disponível em: <https://ufrb.edu.br/reitoria/components/com_chronoforms5/chronoforms/uploads/cadastro-portarias/portaria%20623%2020120001.pdf>. Acesso em: 15 maio 2018.

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. *Projeto Político Pedagógico dos Bacharelados Interdisciplinares em Saúde*. Santo Antônio de Jesus, Bahia, 2014.

YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. A LDB e a Psicologia. *Psicologia: ciência e profissão*, v. 20, n. 4, p. 30-37, 2000.

Marianne Oliveira Gonçalves

Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia, atualmente é mestranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade. Desenvolve pesquisas relacionadas à formação do psicólogo, à flexibilização curricular e às novas metodologias de ensino para crianças com dificuldades de aprendizagem.
marianne.ogs@gmail.com

Renata Meira Vêras

Possui graduação e mestrado em Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba e doutorado em Psicologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Atualmente é professora adjunta III do Bacharelado Interdisciplinar em Saúde na UFBA e membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade, da UFBA.
renata.veras@ufba.br